

4. O movimento sindical e a formação do PT

Margaret E. Keck

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

KECK, ME. *PT – A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. pp. 93-126. O movimento sindical e a formação do PT. ISBN: 978-85-7982-029-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

4. O MOVIMENTO SINDICAL E A FORMAÇÃO DO PT

As transformações ocorridas no movimento sindical nos dois últimos anos da década de 70 exerceram uma influência fundamental no debate sobre a formação de um partido de base popular. As greves de 1978 e 1979, deflagradas pelos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, e o surgimento de líderes operários reconhecidos pela opinião pública, como o presidente do sindicato de São Bernardo, Luís Inácio da Silva (Lula), trouxeram novos elementos à equação do problema. O crescimento do “novo sindicalismo” significava aos que propunham a criação de partidos representativos das massas populares que os trabalhadores não mais podiam ser referidos por eles no abstrato, como componentes das bases desse tipo de partido, mas, ao contrário, tinham de entrar em negociações diretas com eles. Tanto as limitações sistêmicas — as expectativas sobre o conteúdo da reforma partidária e um crescente interesse na sobrevivência do MDB enquanto organização — como os desacordos com relação ao tipo de partido que deveria ser criado contribuíram para levar essas discussões ao colapso. Consequentemente, alguns dos que delas participaram optaram pela permanência no MDB e outros pela formação de um partido dos trabalhadores. Este capítulo examina tais discussões e considera os fatores que convergiram para formar esse partido em São Paulo. Esses fatos são os seguintes: a existência de lideranças nacionalmente conhecidas, interessadas na sua criação; uma base de massa capaz de responder à ideia do partido; a atividade de um setor da esquerda organizada engajada na divulgação dessa ideia; e, finalmente, a boa vontade de alguns membros do MDB no Legislativo que se juntaram a esse esforço.

A emergência do novo sindicalismo

O movimento sindical sob o regime militar

As relações trabalhistas no Brasil foram codificadas durante o governo Vargas nos anos 30 e início da década de 40, num processo que culminou com a Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, em 1943. Constituindo uma das pedras fundamentais do modelo corporativista brasileiro, esta legislação continuou praticamente intacta até o final do

regime militar. A CLT definia os sindicatos como órgãos destinados a colaborar com o governo para a promoção da paz social. Os que eram reconhecidos pelo Estado deveriam deter o monopólio da representação em cada categoria profissional. O Ministério do Trabalho tinha amplos poderes para intervir nos seus negócios internos, inclusive o direito de substituir, por funcionários do governo, líderes sindicais eleitos. Os sindicatos eram financiados através de uma contribuição sindical, representando o valor do pagamento de um dia de trabalho por ano, descontado do salário pago a cada trabalhador, independentemente de ele ser filiado ou não ao sindicato. Esta contribuição era distribuída segundo critérios fixados pelo governo. Os trabalhadores filiados aos sindicatos pagavam suas mensalidades, além da contribuição sindical. Um sistema de Tribunais do Trabalho deveria supervisionar a celebração dos contratos de trabalho, intervindo compulsoriamente como árbitro em caso de disputas. As greves só eram consideradas e julgadas legais em casos raros depois de terem sido submetidas a um complexo procedimento burocrático. Os contratos de trabalho consistiam, sobretudo, em acordos individuais entre o trabalhador e seu patrão; os contratos coletivos negociados diretamente entre os sindicatos e os empregadores, embora legais, eram raros.¹ A lei não contemplava a representação sindical ao nível da fábrica. As Federações e Confederações eram organizadas verticalmente por categoria profissional, com dirigentes escolhidos em eleições nas quais cada sindicato tinha apenas um voto, independentemente do seu tamanho. Tampouco se contemplava o reconhecimento legal de organizações centralizadas que agrupassem membros de diversas categorias profissionais, mas só em 1978 foi

¹ As negociações coletivas eram possíveis sob a CLT, e os contratos coletivos, quando existiam, tinham precedência sobre os individuais. Há alguns dados que indicam que, ao menos em São Paulo, as negociações acerca de aumentos salariais se tornaram mais comuns no início dos anos 60, antes do golpe militar. Numa análise de 23 disputas contratuais em São Paulo, entre janeiro e março de 1964, Mericle mostrou que 47,8% foram resolvidas por acordos coletivos. Mesmo assim, a falta de um “dever de negociar” no código trabalhista significava que o incentivo dos empregadores para negociar era seu desejo de evitar a arbitragem compulsória dos tribunais trabalhistas — incentivo este que raramente produzia efeitos. Ver Kenneth Scott Mericle, “Conflict regulation in the Brazilian industrial relations system” (tese de doutoramento, Universidade de Wisconsin, 1974), p. 200-7.

acrescentado à legislação trabalhista um artigo específico determinando a proibição de centrais sindicais.²

Embora a legislação desse ao governo poderosos mecanismos de controle dos sindicatos, também incluía elementos que, pelo menos em princípio, constituíam amplos programas de bem-estar social. Juntamente com outros incentivos aos líderes sindicais para trabalharem no interior do sistema (tais como a perspectiva de nomeação para cargos nos Institutos de Previdência ou como juízes nos Tribunais do Trabalho), estes constituíam importantes elementos de cooptação na legislação trabalhista. Os líderes sindicais podiam, frequentemente, utilizar esses cargos para garantir benefícios concretos para o operariado.

Antes de 1964, a aplicação das cláusulas mais restritivas da legislação trabalhista variava de acordo com a conjuntura política.

Para entender como isso acontecia, é necessário considerar as relações trabalhistas sob uma perspectiva que leve em conta os recursos e as estratégias de que dispunham os movimentos dos trabalhadores no plano político, além das formas puramente corporativas de sua regulamentação.³ Em momentos distintos, as relações políticas entre os sindicatos e o Estado davam aos primeiros e a seus líderes possibilidades de conquistar benefícios, às vezes apesar das estipulações existentes na legislação, outras precisamente por causa delas. Com o segundo governo de Vargas, estabeleceu-se o padrão do chamado sindicalismo populista, segundo o qual o operariado apoiava as políticas governamentais em troca de um afrouxamento dos controles mais estritos sobre os sindicatos; assim, por

² O texto da Consolidação das Leis do Trabalho de 1943 e suas emendas se encontram em Adriano Campanhole e Hilton Lobo Campanhole, eds., *Consolidação das Leis do Trabalho e legislação complementar* (62. ed. São Paulo, Atlas, 1983). O desenvolvimento dessa legislação é discutido em José Albertino Rodrigues, *Sindicato e desenvolvimento no Brasil* (2. ed. São Paulo, Símbolo, 1978), Capítulo II.

³ Exemplos dessa abordagem incluem Alessandro Pizzorno, "Political exchange and collective identity in industrial conflict", em Colin Crouch e Alessandro Pizzorno, eds. *The resurgence of class struggle in Western Europe since 1968* (New York, Holmes and Meier, 1978), Volume 2; Edward Shorter e Charles Tilly, *Strikes in France: 1830-1968* (London, Cambridge University Press, 1974); e Peter Lange e George Ross, "Conclusions: French and Italian union developments in comparative perspective", em Peter Lange, George Ross e Maurizio Vanicelli, *Unions, change and crisis: French and Italian union strategy and the political economy, 1945-1980* (London, George Allen and Unwin, 1982).

exemplo, os sindicatos puderam conquistar maiores salários nas grandes mobilizações grevistas de 1953 e 1957. Formaram-se centrais sindicais para estimular as relações de tipo intersetorial cujo desenvolvimento, já em sua própria concepção, as confederações corporativistas deveriam encarregar-se de frustrar.⁴ Este tipo de relação entre o operariado e o Estado chegou ao auge com o governo Goulart; entretanto, no início dos anos 60, a ocorrência de ciclos de mobilização e a escassez de recursos por parte do governo levaram ambos os lados a uma crescente radicalização, assustando a classe média e as comunidades empresariais e ajudando a criar o clima psicológico para o golpe militar em 1964.⁵

Após o golpe, o governo militar utilizou a fundo todos os poderes que lhe conferia a legislação trabalhista corporativista para aumentar o controle sobre o movimento sindical. Entre 1964 e 1970, o Ministério do Trabalho efetuou 536 intervenções em organizações sindicais, substituindo líderes eleitos por pessoas por ele nomeadas. Destas intervenções, 80,6% (ou um total de 432) ocorreram entre 1964 e 1965 e, dentre elas, 383 tiveram lugar em sindicatos, 45 em federações e 4 em confederações, afetando, assim, 18,75% dos sindicatos, 42% das federações e 82% das confederações do país. Só em São Paulo, 115 sindicatos, bem como 7 federações num total de 18, sofreram intervenção.⁶

Depois do expurgo dos sindicatos, o novo regime passou, gradativamente, a oferecer-lhes funções na administração da previdência social, forçando os dirigentes sindicais a dedicar um tempo cada vez maior ao gerenciamento de programas de assistência médica e dentária e outros semelhantes. Ao mesmo tempo, uma política de arrocho salarial,

⁴ Há uma extensa literatura sobre as questões trabalhistas brasileiras de 1930 a 1964. Em inglês, veja-se Kenneth Paul Erickson, *The Brazilian corporative State and working class politics*, cit., e Timothy Fox Harding, "The political history of organized labor in Brazil" (tese de doutoramento, Stanford University, 1973). Obras-chave em português são citadas na bibliografia: ver, em especial, as obras de Moraes Filho, Simão, Rodrigues, Weffort, Moisés, Maranhão, Neves e Martins.

⁵ Para uma discussão mais extensa desse período, ver Margaret E. Keck, "From movement to politics: the formation of the workers' party in Brazil" (tese de doutoramento, Columbia University, 1968), p. 76-101.

⁶ Angelina Cheibub Figueiredo, "Política governamental e funções sindicais", 1975, mimeog., citada em Maria Hermínia Tavares de Almeida, "O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança", em Bernardo Sorj e Maria Hermínia Tavares de Almeida, eds. *Sociedade e política no Brasil pós-1964* (São Paulo, Brasiliense, 1983), p. 199.

juntamente com o fim das garantias de estabilidade no emprego, representada pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS, trouxe dificuldades reais para os trabalhadores. O arrocho salarial não terminou com a recuperação econômica e o período do “milagre” que teve início a partir de 1968, mas continuou até 1974.⁷

Como se não bastasse o arrocho salarial, o DIEESE, instituição de pesquisa dos sindicatos, descobriu provas de que em 1973 o governo havia manipulado os índices relativos ao aumento do custo de vida. Um grupo de economistas do Banco Mundial confirmou os dados do DIEESE, afirmando que em 1973 o índice correto deveria ser de 22,5%, e não de 14,9%, conforme afirmara o governo.⁸ A *Folha de S. Paulo*, de 31 de julho de 1977, publicou resumos de várias partes desse relatório. A Fundação Getúlio Vargas, responsável pelo cálculo desses índices, publicou no mesmo mês uma “revisão em suas contas” de 1973, onde o índice de inflação anteriormente apresentado subiu de 15,5% para 20,5%.⁹ Tomando conhecimento do fato, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo solicitou ao DIEESE um estudo estimativo do aumento salarial adicional que os metalúrgicos deveriam ter recebido, caso não tivesse havido a manipulação dos índices. A resposta do DIEESE foi um índice de 34,1%.

A Campanha de Reposição das Perdas Salariais

Com os resultados do estudo do DIEESE, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, juntamente com os outros sindicatos metalúrgicos da região (Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra), lançou uma campanha pela reposição desses 34,1%. Embora nem o governo nem a Justiça do Trabalho estivessem dispostos a fazer concessões com relação a este assunto, a Campanha de Reposição das Perdas Salariais foi, no entanto, um importante passo avante. Em primeiro lugar, ela mostrou aos trabalhadores que os sindicatos podiam ser mais que simples

⁷ Sobre política salarial e emprego, ver Fernando Lopes de Almeida, *Política salarial, emprego e sindicalismo 1964/1981* (Petrópolis, Vozes, 1982).

⁸ José Álvaro Moisés, “Problemas atuais do movimento operário no Brasil”, *Revista de Cultura Contemporânea*, 1 (1): 49, jul. 1978.

⁹ Luís Flavio Rainho e Osvaldo Martines Bargas, *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Paulo 1977/1979* (São Bernardo do Campo, Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983), p. 39.

entidades de prestação de serviços sociais, conseguindo reunir sob a bandeira da reivindicação da recomposição salarial várias lutas localizadas que então ocorriam em fábricas específicas. Antes dessa campanha, como as reivindicações sindicais tendiam a ser feitas a nível jurídico, era necessário haver, mais do que mobilização e organização dos operários nas fábricas, boas relações com os advogados dos sindicatos. Como consequência dessa campanha, os líderes sindicais passaram a compreender a importância da organização nas fábricas, ao mesmo tempo em que os operários nas indústrias começavam a ver os sindicatos como organizações que apoiavam suas reivindicações e principal instrumento de que dispunham para expressá-las.¹⁰

A mensagem do sindicato de São Bernardo durante a Campanha de Reposição das Perdas Salariais — “vamos partir pro pau”, “não vamos arredar pé” — sugeria que já estava na hora de os operários perceberem que o Estado não iria resolver seus problemas. No ano seguinte, o sindicato de São Bernardo decidiu boicotar as negociações salariais para mostrar que os resultados seriam os mesmos, quer delas participassem, quer não: a reunião anual em que essas decisões eram tomadas não foi, na verdade, uma reunião; nela o governo apresentou o aumento salarial daquele ano, recusou-se a considerar outros tipos de reivindicação e adiou a reunião. Conforme fora previsto, São Bernardo recebeu exatamente o mesmo aumento salarial que os outros sindicatos, sem ter participado das negociações. A mensagem era que, para conseguir maiores salários, outros meios mais diretos teriam de ser usados.

As greves de 1978-79

Embora o sindicato não fosse oficialmente responsável pela deflagração da greve iniciada a 12 de maio de 1978, quando os trabalhadores da Scania sentaram-se diante de suas máquinas, sua resposta foi rápida. A greve, deflagrada e organizada no interior da fábrica, começou

¹⁰ A importância da organização nas fábricas se evidenciou no fato de que o sindicato de São Bernardo, que iniciou a campanha, chegou a ter 17 representantes sindicais trabalhando em diversas fábricas, com estabilidade no emprego, e que numa das fábricas por ele estudadas este fato teve um efeito significativo na sindicalização ocorrida entre 1975 e 1978. John Humphrey, *Capitalist control and workers' struggle...*, cit., p. 140-5. Ver também Luís Flavio Rainho e Osvaldo Martines Bargas, *As lutas operárias e sindicais*, cit., p. 42-3.

com o turno das 7h, e, às 8h, um membro da liderança sindical, Gilson Menezes, convocou o sindicato. Entrevistados mais tarde, tanto ele quanto o delegado da General Motors de Santo André salientaram a importância de o sindicato não ser envolvido com a convocação da greve, mas representar um canal de negociação. Gilson Menezes preferiu ser o único membro da comissão de greve da Scania a falar com a gerência, para não prejudicar o emprego dos outros.

Já na hora do almoço, Devanir Ribeiro, representante do sindicato, estava na Scania e a companhia propôs uma reunião para aquela tarde. Quando os representantes da empresa pediram-lhe para convencer os trabalhadores a voltarem ao trabalho, Lula recusou a proposta. Numa assembleia na terça-feira seguinte, os operários votaram pela volta ao trabalho até sexta-feira, prazo durante o qual esperava-se que uma solução para o problema seria encontrada. Então, também a Ford parou, seguida por outras empresas da região. Ao chegar a sexta-feira, a tensão já era grande e, quando a Scania ofereceu 6,5%, Lula pediu a Gilson Menezes que afixasse a proposta no quadro de avisos, a fim de que os operários pudessem discutí-la. Votaram pela continuação da paralisação, mas já na segunda-feira seguinte começaram a retornar ao trabalho, um por um. As negociações conduzidas pelo sindicato conseguiram um aumento de 11%.¹¹

Ao analisar as lições da greve, Lula comentou que se surpreendera com a confiança dos trabalhadores no sindicato e salientou a importância de eles se unirem em ocasiões de confronto com patrões que, por sua vez, assumiam uma posição bastante coesa. Deixando de lado sua recusa anterior de falar sobre política, Lula acrescentou:

Eu acho que o econômico e o político são dois fatores que a gente não pode desvincular um do outro. (...) A luta que aconteceu no ABC foi por salário, mas a classe operária, ao brigar por salário, teve um resultado político na sua movimentação. Por isso, afirmo que a primeira lição da greve é que não se pode subestimar a capacidade de luta do trabalhador brasileiro. Em segundo lugar, penso que esses 14 anos de proibição de greves deixaram não só os empresários como também os dirigentes sindicais despreparados para enfrentar a movimentação. Eu, por exemplo, nunca tinha estado numa greve.

¹¹ “A greve na voz dos trabalhadores da Scania a Itu”, em Oboré, ed. *História imediata* (São Paulo, Alfa-Ômega, 1979), p. 8-10.

Não tinha nenhuma experiência... E, finalmente, dentro disso tudo, eu acho que o trabalhador conseguiu perceber o quanto vale sua força de trabalho.¹²

Em 1979, as greves pipocaram por todo o Brasil. Mais de três milhões de trabalhadores paralisaram o trabalho, alguns em setores onde os sindicatos tinham capacidade de liderá-los, outros não. Lula, Olívio Dutra — dos bancários do Rio Grande do Sul — e João Paulo Pires Vasconcelos — dos metalúrgicos de João Monlevade, Minas Gerais — converteram-se em uma espécie de grupo de assessoria, ajudando em alguns casos a negociação entre os líderes sindicais e suas bases em rebelião. Comentando a natureza caótica das greves de 1979, a socióloga do trabalho Maria Hermínia Tavares de Almeida disse que elas pareciam inspiradas mais pela necessidade de testemunhar as aspirações operárias de liberdade, autonomia e direito a uma cidadania plena, do que por qualquer reivindicação de curto prazo.¹³ Em 1979, a questão dos direitos dos trabalhadores e sua participação passou a ser colocada na agenda do debate sobre a democracia não mais de maneira abstrata, mas explicitamente, através das ações e reivindicações dos próprios operários.

Em 1979, os metalúrgicos de São Bernardo estavam bem mais preparados para uma greve do que no ano anterior, mas, por outro lado, o mesmo ocorria com os patrões. Enormes assembleias grevistas realizaram-se no estádio de São Bernardo e as principais empresas da área pararam completamente. Entretanto, com a intervenção do governo no sindicato e a resistência dos patrões, decidiu-se que os trabalhadores deveriam voltar ao trabalho e esperar que as coisas esfriassem por um período de 45 dias, antes de retomar a greve. Nesse período, embora continuassem as negociações com os patrões, a tensão crescia e transformava-se em febre; os trabalhadores estavam preparados para retomar o movimento a qualquer momento. Finalmente, depois de oferecerem um aumento de 6%, os patrões recusaram-se a ir, além disso. Era claro que estavam preparados para resistir a uma greve por mais tempo do que os operários tinham condições de mantê-la. Lula e outros dirigentes sindicais tiveram de ir à assembleia dos grevistas com uma proposta que, apesar de não ser a que apoiavam,

¹² Idem, *ibidem*, p. 56.

¹³ Maria Hermínia Tavares de Almeida, “Novo sindicalismo e política (análise de uma trajetória)”, 1983, mimeog., p. 12.

acreditavam ser tudo o que conseguiriam obter. Lula descreveu aquela assembleia como o dia mais difícil de sua vida. Depois de uma comemoração de Primeiro de Maio no estádio com 150.000 pessoas, toda a cidade estava mobilizada. A assembleia esperava que Lula lhes trouxesse um acordo favorável ou então que continuasse a liderá-los. Ao contrário, depois de um discurso de outro dirigente sindical em favor do acordo, ele pediu um voto de confiança na liderança do sindicato e conseguiu obtê-lo.

As greves de 1979 atingiram quinze estados e espalharam-se muito além do setor metalúrgico, afetando os trabalhadores dos serviços urbanos, da indústria têxtil, do setor de mineração, dos bancos, da construção civil, professores e muitos outros. Uma das greves mais dramáticas envolveu os trabalhadores de cana nas fazendas de Pernambuco, refletindo o alto grau de organização dos trabalhadores agrícolas, que viera crescendo desde meados dos anos 70. Embora a maioria das greves se concentrasse em torno das reivindicações salariais, algumas começaram a ir mais além, contestando aspectos da legislação sindical, exigindo a organização da representação sindical ao nível da fábrica e medidas de garantia de estabilidade no emprego. Ainda que variasse o grau de êxito alcançado entre as diferentes categorias, não houve, em nenhum caso, alguma concessão com relação a essas últimas reivindicações. Por outro lado, a decisão governamental de alterar a lei salarial, fazendo com que o aumento anual passasse a semestral, foi uma vitória para o movimento sindical como um todo.

Em razão de sua extensão e da atenção que, juntamente com Lula, mereceram dos meios de comunicação de massa, as greves de 1978 e 1979 mostraram aos trabalhadores sua importância como agentes políticos. Mas também convenceram alguns líderes sindicais de que só a greve era insuficiente, enquanto o Ministério do Trabalho e o aparelho repressivo do Estado interviessem em favor dos patrões. Já que a resposta do governo transformaria automaticamente uma greve industrial em greve política, os trabalhadores precisariam de um instrumento político para fazer com que sua voz fosse ouvida. Especialmente para os metalúrgicos, que continuavam a representar o cerne do “novo sindicalismo”, a ideia de formar um partido próprio entrou na agenda das discussões.

A formação do PT

Primeiras iniciativas

Durante a maior parte de 1978 e no início de 1979, discutiu-se, nos sindicatos de São Bernardo do Campo, Santo André, Osasco, Santos, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Campinas e Porto Alegre, a possibilidade de se lançar um partido político. Lula levantou essa questão no final de 1978, por ocasião de uma conferência de trabalhadores do setor petroquímico na Bahia. A ideia de um partido dos trabalhadores foi oficialmente lançada, pela primeira vez, como uma resolução do Encontro de Metalúrgicos do Estado de São Paulo, realizado em Lins, São Paulo, em janeiro de 1979. A decisão desse encontro sobre política partidária conclamava os trabalhadores a superarem sua marginalização, unindo-se para formar um partido marcado pela democracia interna, pelo reconhecimento da importância primordial dos trabalhadores na vida social brasileira e pela base política independente através da qual o poder seria conquistado. Essa mesma resolução pedia aos metalúrgicos que lançassem esse processo em nível nacional.¹⁴

Terminado o encontro de Lins, discutiu-se a interpretação da proposta: a ideia era lançar um partido dos trabalhadores num futuro imediato ou indeterminado? Um comitê informal — que incluía as figuras de Henos Amorina, representante dos metalúrgicos de Osasco; Jacó Bittar, pelos petroleiros de Paulínia, SP; Paulo Skromov Matos, representando os operários do setor de couros de São Paulo; Robson Camargo, um dirigente do sindicato dos artistas de São Paulo, e Wagner Benevides, dos petroleiros de Belo Horizonte — tentou apressar esse processo. Esse grupo esboçou uma *Carta de Princípios* e fez distribuir cerca de duzentas mil cópias do texto por ocasião das comemorações do Primeiro de Maio nas grandes cidades de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul e Ceará. A intenção declarada do comitê era, em seguida, recolher sugestões das bases sindicais para, depois, realizar encontros de comitês estaduais durante o mês de junho, o que, por sua vez, levaria à formação de

¹⁴ IX Congresso dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, Lins, SP, 22-26 de janeiro de 1979, *Atas*, Resoluções sobre Política Partidária, p. 5-6.

uma comissão nacional encarregada de redigir a plataforma final. O grupo planejava registrar o PT no tribunal eleitoral em 25 de maio.

A ação do comitê, que preventivamente esvaziava qualquer outra iniciativa, causou tumulto. Muitos líderes sindicais e outros que se mostravam favoráveis à ideia de um partido dos trabalhadores argumentavam que o comitê estava andando depressa demais e que não era representativo nem dos sindicatos aos quais pertenciam seus integrantes. João Paulo Pires Vasconcelos afirmava que a publicação do documento violava um acordo segundo o qual se deveria discutir a proposta do partido com as bases sindicais, antes de se fazer qualquer coisa com relação à sua implementação. Ele acusava o “Grupo dos Quatro” de vanguardismo, não só por causa de sua ação de esvaziamento preventivo, mas também porque muitos de seus membros pertenciam a partidos clandestinos trotskistas ou eram deles simpatizantes.

A controvérsia sobre a *Carta de Princípios* deixou claro que ainda existiam grandes diferenças com relação ao tipo de partido e quanto ao modo de sua formação. Wagner Benevides concluiu que as reuniões posteriores ao congresso de Lins foram importantes porque corrigiram a impressão (ou intenção) de que o PT deveria ser um partido de metalúrgicos. Embora o comitê que esboçou a carta fosse composto exclusivamente por líderes sindicais, seus membros estavam agindo enquanto indivíduos e não como representantes de seus sindicatos. Esta distinção converteu-se em um elemento importante no debate sobre a maneira de se criar o partido. Camargo salientou a diferença funcional entre o sindicato e o partido ao defender sua participação nos encontros. Agumeron Cavalcanti (do Sindicato dos Médicos) e Hugo Perez (presidente da Federação de Eletricitários de São Paulo, também presidente do DIEESE) objetaram que a decisão de lançar um partido tinha que ser tomada pelos sindicatos enquanto organizações.¹⁵

¹⁵ Sobre a controvérsia da *Carta de Princípios*, ver “Sindicatos lançam partido”, *O Estado de S. Paulo*, 1º de maio de 1979; “Lançamento do PT divide sindicalistas”, *Folha de S. Paulo*, 1º de maio de 1979; “Em seis capitais o PT anuncia seus planos”, *Jornal da Tarde*, 2 de maio de 1979; “Responsáveis pelo PT admitem que foram precipitados”, *Folha de S. Paulo*, 4 de maio de 1979. Uma cópia do documento está incluída em Mário Pedrosa, *Sobre o PT* (São Paulo, Ched Editorial, 1980), p. 51-62.

A formação de um partido dos trabalhadores entrou mais uma vez em discussão em junho de 1979, no Encontro Nacional dos Metalúrgicos, realizado em Poços de Caldas, onde foi votada uma resolução semelhante à de Lins.¹⁶ Os delegados discordavam quanto ao momento certo de se lançar um partido, mas concordavam que a proposta deveria ser discutida pelas bases. Lula era um dos que achavam que aquele ainda não era o momento certo. Talvez essa impressão tenha sido influenciada por sua avaliação do sentimento vigente entre os líderes sindicais fora de São Paulo; aparentemente, ele havia levantado a questão da criação de um partido duas semanas antes, em Porto Alegre, encontrando forte oposição por parte do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos.

Entretanto, depois do encontro de Poços de Caldas, o ritmo das discussões foi acelerado e suas perspectivas ampliaram-se. Naquele mesmo mês, realizou-se em São Bernardo uma reunião entre líderes sindicais, intelectuais e políticos do MDB. Em 26 de junho Lula anunciou em Belo Horizonte que uma primeira versão do programa seria distribuída aos operários para ser discutida na semana seguinte. Depois disso a criação do PT só dependeria da vontade dos trabalhadores. Nesse pronunciamento, ele já não se referia apenas às bases sindicais, mas também às associações de bairro. Um partido dos trabalhadores, dizia ele, significava um partido de todos os assalariados. Esta era uma importante mudança de ênfase, ao distanciar do PT a ideia de um partido de sindicatos.

As negociações com intelectuais e políticos

Em meados de 1979, uma série de reuniões entre líderes sindicais que apoiavam a formação de um partido dos trabalhadores, intelectuais e políticos do MDB, visava encontrar um terreno comum para um partido político que defendesse os interesses populares. O encontro de junho, promovido por Almino Afonso, Fernando Henrique Cardoso e Lula, constituía uma tentativa, por parte do primeiro, de convencer tanto os líderes sindicais quanto os membros do Congresso de que a proposta de um partido popular era a melhor alternativa. Mesmo entre os que apoiavam a

¹⁶ X Congresso dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Brasil, Poços de Caldas, MG, 4-9 de junho de 1979, *Atas*; ver em especial a sessão plenária sobre Problemas Nacionais.

formação de um partido dos trabalhadores, havia posições muito diferentes com relação ao que ele deveria ser. Alguns argumentavam que uma organização operária deveria romper não só com a política elitista, mas também com a eleitoral, posição obviamente inaceitável para os políticos presentes. Alguns, como Paulo Skromov, argumentavam que o diálogo com os políticos era uma perda de tempo. Lula continuava a sustentar que um partido dos trabalhadores tinha que apresentar uma proposta que fosse atraente para os assalariados e os pobres em geral, e não apenas para os trabalhadores filiados aos sindicatos.

Os resultados das discussões iniciais não foram conclusivos. À medida que se aproximava a Reforma Partidária definitiva do governo, tornava-se cada vez mais difícil forjar uma definição comum. Em 18 de agosto de 1979, um grupo de políticos da esquerda do MDB organizou um grande encontro em São Paulo para discutir a ideia do Partido dos Trabalhadores. Ali reuniram-se cerca de quatrocentas pessoas, incluindo políticos do MDB, líderes sindicais, estudantes, intelectuais e representantes de cerca de cem movimentos diversos.¹⁷ Nesse encontro, Lula saiu em defesa da formação de um partido dos trabalhadores independente, dizendo que suas portas deveriam estar abertas aos políticos progressistas do MDB.¹⁸ “Os dirigentes sindicais que defendem a formação do PT”, afirmava Lula, “chegaram à conclusão de que devem participar politicamente porque, dentro da atual estrutura sindical, já tentaram fazer tudo para melhorar a situação do trabalhador, não conseguindo”. Ao mesmo tempo, Lula argumentava que o PT não deveria ser formado pelos sindicatos enquanto instituições, já que isso poderia comprometer a autonomia sindical; os debates sobre o partido deveriam ter lugar **fora** dos sindicatos, sem exigir que seus líderes apoiassem o PT.¹⁹

As discussões que resultaram desse encontro foram a última tentativa de se chegar a um compromisso entre os que reivindicavam a formação de um partido dos trabalhadores e os que apoiavam a proposta de um partido popular ou então a renovação do MDB. Criou-se uma comissão integrada

¹⁷ “Forças de oposição visam manter posição unitária”, *Folha de S. Paulo*, 19 de agosto de 1979.

¹⁸ “Dirigente sindical defende um Partido dos Trabalhadores”, *Jornal do Brasil*, 19 de agosto de 1979.

¹⁹ “Lula expõe princípios para o PT”, *Folha de S. Paulo*, 19 de agosto de 1979.

por sete parlamentares, sete líderes sindicais e oito intelectuais, para se estabelecer uma estrutura necessária à organização de encontros e debates e se tentar redigir um programa comum. Entre os parlamentares que participavam dessa comissão, só Airton Soares acabaria por se filiar ao PT. Embora as propostas de o partido representar os interesses dos assalariados e dos oprimidos em geral — pequenos proprietários, intelectuais, trabalhadores rurais e urbanos etc. — correspondessem a seus desejos, a possibilidade de acordo acabou por se desvanecer devido às suas diferenças de avaliação tanto da estrutura, que dava lugar às oportunidades políticas, quanto da identidade e dos interesses dos grupos envolvidos.

Para Fernando Henrique Cardoso e Almino Afonso, o objetivo era chegar a uma fórmula por meio da qual pudessem atrair para a proposta um grande número de políticos, tendo em vista os privilégios que a Reforma Partidária iria conceder aos parlamentares no processo de formação partidária. Roque da Silva relatou posteriormente que, no processo de redação da proposta provisória, Cardoso e Almino detiveram-se em cada novo item para computar o número de políticos com os quais se poderia contar para apoiá-lo e aqueles que assim seriam afastados. Ao mesmo tempo, Almino vinha mantendo conversações com políticos de todo o país e não encontrava apoio para a formação de um partido popular. Numa conversa com Francisco Weffort nesse período, ele disse que os membros do MDB com os quais havia falado tinham-se manifestado majoritariamente em favor da permanência no partido que sucederia o MDB; Cardoso disse então a Weffort que finalmente ele próprio havia chegado a essa mesma decisão. Weffort, tal como a grande maioria dos outros participantes das discussões sobre o partido popular, discordava.

As diferentes avaliações estratégicas sobre a oportunidade de se criarem novos partidos políticos constituíam em grande parte uma resposta à Reforma Partidária iminente e aos seus conteúdos previsíveis. Esperava-se que ela viesse conceder tantos privilégios aos membros do Congresso na formação dos partidos — o direito de formar um partido com o apoio de 10% do Congresso, por exemplo — que muitos políticos viam o jogo político como algo que só eles seriam capazes de controlar. Como seria difícil formar partidos “externamente”, os parlamentares esperavam constituir os polos de atração para os que procuravam criar novos partidos, como de fato ocorreu no caso de Cardoso e Almino, por exemplo. Entretanto, esta atração não pode

ser explicada apenas com base em uma avaliação do conteúdo provável da legislação sobre os partidos. O êxito eleitoral do MDB, especialmente em 1978, criou um interesse por parte dos que dele participavam para que o partido sobrevivesse enquanto organização.

Embora fossem sinceros em seu desejo de criar um partido de participação popular, alguns dos integrantes do debate sobre os novos partidos acreditavam que a inclusão de candidatos populares e a campanha de Cardoso para o Senado demonstravam que o MDB poderia transformar-se nesse partido. Para outros, e para alguns dos líderes sindicais e populares envolvidos na discussão, o risco de não conseguir legalizar um partido criado fora do Congresso era superado pelo risco de que as reivindicações populares fossem ignoradas num partido dirigido pelas elites. No momento em que se realizavam as últimas reuniões, todo mundo sabia que a discussão havia acabado. Almino e alguns poucos permaneceriam no MDB, enquanto os demais apoiariam o PT. Embora a ruptura formal só viesse a ocorrer em outubro, por ocasião do encontro de fundação do partido — quando o próprio Weffort finalmente nele ingressou —, ela já era visível bem antes.²⁰

A decisão de criar o PT

Entretanto, enquanto prosseguiram essas discussões, realizavam-se encontros *ad hoc* em diferentes pontos do país, tentando criar comissões provisórias para lançar o PT. Um grupo de líderes sindicais organizou uma comissão desse tipo em Porto Alegre em 27 de maio de 1979 e propôs a convocação de um encontro regional em 45 dias. Em Minas Gerais, foi fixada para o dia 27 de julho a realização de um encontro estadual para lançar o PT. Em setembro, relatava-se a ocorrência de encontros para fundar o PT no Ceará, no Paraná e no Rio de Janeiro. Falando num desses encontros em Salvador, Bahia, Lula defendeu um partido dos trabalhadores não sectário, que incluiria todos aqueles que não fossem proprietários de meios de produção, bem como pequenos proprietários rurais e urbanos.²¹

²⁰ Quanto às discussões entre os líderes sindicais, políticos e intelectuais, baseei-me, em grande medida, em algumas entrevistas: com Francisco Weffort, dezembro de 1982 (uma discussão onde Lula também esteve presente, mas fez raras intervenções); com Roque Aparecido da Silva, 27 de novembro de 1982; e com Maria Helena Moreira Alves, 28 de novembro de 1982.

²¹ “PT não quer ser só dos operários”, *Jornal do Brasil*, 19 de setembro de 1979.

Em 30 de setembro, uma série de debates deu início ao lançamento do PT no Rio de Janeiro, contando com a participação de vários sindicalistas (de fora — nenhum dos presentes era do próprio estado do Rio) e parlamentares. Entre os sindicatos do Rio, só os integrantes da Chapa 2 dos Rodoviários, de oposição, dispuseram-se a participar dos debates;²² outros argumentavam que a discussão do PT ainda era demasiado restrita e que a proposta necessitava de um debate mais amplo entre os trabalhadores.

Nesses encontros, os fundadores do partido ainda preocupavam-se em difundir a ideia do PT e não em estabelecer o partido como uma organização estruturada (o que, de toda forma, ainda não era permitido por lei). No encontro do Rio, Jacó Bittar e outros articuladores, que acabavam de voltar de uma viagem por Fortaleza, Belém e Manaus, onde já se haviam formado núcleos para debater o futuro partido, distribuíram nota aos estudantes conclamando-os a “discutir a criação do Partido dos Trabalhadores”. A nota continua: “o governo deseja criar partidos de seu interesse, enquanto os oportunistas falam em criar partidos de nosso interesse, o que temos certeza não ser verdade. Nós, trabalhadores, desejamos criar o nosso partido, um canal que nos permita manifestar, expressar e agir politicamente”.²³

A decisão de lançar o Partido dos Trabalhadores em outubro deveu-se mais provavelmente ao fato de a iminência da Reforma Partidária conjugar-se a pressões internas (que serão discutidas em maior profundidade no próximo capítulo). A proliferação de indivíduos e grupos que pretendiam falar em nome do PT, especialmente entre a esquerda organizada, pode ter convencido os sindicalistas envolvidos na sua articulação de que, para manter sob controle o processo, o partido teria de ser oficialmente lançado. De qualquer modo, 14 de outubro marcou um ponto de inflexão do processo: o foco deslocou-se para a organização formal do Partido dos Trabalhadores enquanto uma agremiação partidária, e não mais apenas uma ideia. No restaurante São Judas Tadeu em São Bernardo, cerca de cem pessoas — intelectuais, parlamentares e líderes sindicais — decidiram estruturar o PT como organização política, com a formação de uma comissão nacional provisória. O encontro aprovou uma Declaração Política e

²² “Sindicalista não vê o PT como opção”, *Folha de S. Paulo*, 28 de setembro de 1979.

²³ “Criadores do PT querem debater com estudantes”, *Folha de S. Paulo*, 4 de outubro de 1979, p. 4.

um documento chamado “Sugestões para Formas Transitórias de Funcionamento”. O Partido dos Trabalhadores estava lançado.

Fatores que contribuíram para a formação do PT

À parte o efeito óbvio da mudança na legislação que permitia a criação de novos partidos, alguns fatores agregaram-se para tornar possível a formação do Partido dos Trabalhadores. O fato de o partido ter começado em São Paulo e lá ter permanecido mais forte deve-se apenas em parte à concentração de trabalhadores industriais na região e à sua experiência (ainda que não muito longa) de participação em movimentos grevistas. E tampouco pode esse fato ser inteiramente explicado pela frase comumente repetida de que “Lula só há um”. O PT foi criado porque um conjunto de fatores combinou-se em São Paulo (incluindo-se aí a região do ABC) em um momento histórico preciso, quando as alternativas pareciam abertas e o futuro ainda não determinado. Uma vez criado o partido, alterou-se o peso relativo de cada um desses fatores. Sua própria existência tornou-se o elemento mais importante para que sobrevivesse e aumentasse sua área de influência, não ficando mais restrito aos locais onde fora inicialmente forte. Mas, em 1979 e início de 1980, apesar de dois anos de discussões, a concretização da ideia de um partido dos trabalhadores autônomo e independente estava longe de constituir um fato evidente.

Em primeiro lugar, encontrava-se em São Paulo o núcleo central das lideranças trabalhistas conhecidas em nível nacional, particularmente Luís Inácio Lula da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema e líder das primeiras grandes greves que ocorriam no país decorrida uma década. Em segundo lugar, uma base de massa já se manifestara em São Paulo no final dos anos 70, por ocasião das greves e de um sem-número de lutas sociais. Esses dois elementos envolvidos na formação do PT são os mais frequentemente citados nas tentativas de análise do seu desenvolvimento. Mas a existência de líderes e de uma base não é suficiente para explicar o surgimento de tal partido, numa situação que conservava muitas das características de um regime autoritário. Apesar de terem experimentado sua força nos movimentos grevistas, os trabalhadores achavam-se ainda em grande parte excluídos — e, sob o regime militar, excluídos à força — do sistema político no Brasil. O terceiro fator que entra nesse quadro de formação do PT consiste na preparação do

terreno para o seu lançamento pela esquerda organizada, cuja visibilidade crescente no plano público no final dos anos 70 ajudou a ampliar a possibilidade de que um espaço à esquerda do espectro político viesse a ser ocupado. Finalmente, à medida que se consolidava o processo de criação do Partido dos Trabalhadores, parte da esquerda do PMDB em São Paulo sentiu-se aos poucos marginalizada da liderança do partido. Os sete deputados da Assembleia Legislativa Estadual de São Paulo que deixaram o MDB para filiar-se ao PT no início dos anos 80 forneceram-lhe um apoio essencial em termos logísticos e de infraestrutura durante o período de sua legalização.

As lideranças reconhecidas em nível nacional

Luís Inácio Lula da Silva nasceu na zona rural de Pernambuco em 1946. Seu pai, um pequeno sitiante, partiu para São Paulo quando Lula era ainda criança. Em 1952, sua mãe colocou os filhos e os pertences da família em um pau-de-arara e, entre os sacolejos do caminhão, que constituía o meio de transporte mais barato para se chegar ao sul, viajou para São Paulo. Ao chegar, descobriu que seu marido estava vivendo com outra mulher.

Lula teve uma infância difícil, vendendo amendoim e tapioca pelas ruas com seu irmão mais velho e morando em um apartamento de quarto e cozinha com a mãe, os sete irmãos e irmãs e três primos. Lula ficou mais tempo na escola que seus irmãos, concluindo o curso primário. (Depois ele fez um curso ginásial supletivo, mas nunca se convenceu de que valesse alguma coisa.) Em 1960, aos 14 anos de idade, conseguiu um emprego numa fábrica de parafusos e entrou para a escola técnica de treinamento do SENAI. Como a maioria dos garotos da classe operária da região, Lula sonhava em trabalhar na indústria automobilística. “Naquele tempo”, contaria ele, “o pessoal da indústria automobilística recebia uns dez aumentos por ano. Era o pessoal da elite. Tinham casa, era o cara que primeiro comprou televisão, o cara que primeiro comprou carro. Eu via o pessoal da VEMAG passar, porque era perto lá de casa, na época do Natal, cheio de caixa de brinquedos pros filhos”.²⁴

Ao contrário de seu irmão José Ferreira da Silva (conhecido como Frei Chico), que se envolveu com o Partido Comunista, Lula nunca foi

²⁴ Mário Morei, *Lula, o metalúrgico: anatomia de uma liderança* (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980), p. 33.

muito interessado em política quando jovem. Seu primeiro contato com o sindicato ocorreu em 1966, quando seu irmão levou-o a uma reunião; havia então uma grande disputa entre a oposição e o grupo que liderava naquele momento o sindicato, apoiado por seu irmão. Ouvindo os ataques da oposição ao irmão, Lula decidiu que não queria saber do sindicato. Entretanto, depois de começar a trabalhar na Villares naquele mesmo ano, passou a entender o sentido da exploração. Naquela empresa as máquinas eram usadas num sistema de revezamento: um operário utilizava-a no turno do dia e outro no da noite; a companhia incentivava uma competição entre ambos, para ver quem produziria a maior quantidade de anéis de ferro. Lula percebeu que assim os trabalhadores haviam aumentado dez vezes mais sua produtividade sem receber um aumento de salário. Os patrões continuavam argumentando que a fábrica não estava tendo lucro. Ele sabia que alguma coisa estava errada, mas ainda não sabia explicar o quê.

Convidado a candidatar-se para um cargo no sindicato em 1968, porque se acreditava que ele era fácil de controlar, Lula aceitou, mais por espírito de aventura do que por qualquer outra coisa.²⁵ Em 1969, tornou-se suplente no sindicato e casou-se. Dois anos depois, sua primeira esposa faleceu em trabalho de parto. Na eleição seguinte, Lula passou a ser dirigente sindical em tempo integral, e o presidente do sindicato, Paulo Vidal, encarregou-o da administração da previdência, cargo geralmente considerado como o mais baixo em termos de emprego sindical. No entanto, para Lula, esta foi uma experiência positiva, pois permitiu aumentar seu contato com as pessoas comuns afiliadas ao sindicato e, simetricamente, diminuir sua admiração pelo presidente, que, como ele percebia agora, sabia muito pouco sobre o que pensava a base do sindicato. Ao chegar o momento das eleições seguintes, Vidal estava cansado da presidência. Pensou então que, se Lula fosse eleito presidente e ele secretário-geral, poderia continuar a dirigir o sindicato através de Lula. Assim, em 1975, Luís Inácio da Silva tornou-se presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Até aquele momento, pouco havia para impedi-lo de se converter em mais um dirigente sindical de carreira.

Entretanto, a partir de 1975, Lula tornou-se politicamente mais consciente. Viajou muito por conta do sindicato, frequentou cursos e debates. A prisão de seu irmão, Frei Chico, chocou-o profundamente, a

²⁵ Idem, *ibidem*, p. 41, 66-7.

ponto de fazê-lo perder o medo de falar em assembleias e de encontrar alguém que lhe perguntasse alguma coisa a que não pudesse responder:

A partir da prisão do meu irmão é que perdi o medo. Se lutar pelo que ele lutou foi motivo para ser preso e torturado, então vai ter que prender e torturar muita gente. Eu conheço meu irmão, é um soldador, um pobre coitado que ganha Cr\$ 20.000 por mês e agora está desempregado, passando uma pior, naquela época era pior ainda. Foi preso porque diziam que era comunista. Foi muito bom porque despertou em mim uma consciência de classe muito grande.²⁶

Embora os líderes sindicais que mantinham ligações com partidos políticos de esquerda se amedrontassem diante do clima geral de repressão que continuava a pairar sobre o trabalho de organização operária, o fato de Lula não ter nenhum vínculo com qualquer grupo e sua ingenuidade política acabaram voltando-se a seu favor: ele simplesmente seguia em frente e dizia o que pensava. Consciente da inexistência de conexões entre o sindicato e suas bases, ele começou a ir para os portões das fábricas e discutir sobre o sindicato. Instituiu melhorias no planejamento e nos procedimentos administrativos e começou a utilizar-se efetivamente do DIEESE como instituição de pesquisa.²⁷

Em 1976, Lula firmou-se como o verdadeiro presidente do Sindicato dos Metalúrgicos. Um primeiro passo importante nesse sentido foi conseguir separar as negociações do sindicato da Federação dos Metalúrgicos — organismo de âmbito estadual. Em segundo lugar, num confronto com a Ford, que ameaçava reduzir os salários juntamente com a jornada de trabalho, Lula recusou-se a convocar uma assembleia dos operários da companhia, porque esta insistia em que ela tivesse lugar no interior da fábrica. Lula sabia que, nessas condições, os operários ficariam por demais intimidados para votarem com independência. Num comunicado separado à imprensa, Paulo Vidal disse que Lula teria de convocar uma assembleia. Nesse ponto, Lula convocou uma reunião dos dirigentes sindicais e anunciou que, a partir de então, os contatos com a imprensa para falar em nome do sindicato seriam feitos pelo presidente ou, na sua

²⁶ Altino Dantas Jr., ed. *Lula sem censura* (Petrópolis, Vozes, 1981), p. 29.

²⁷ Mário Morei, *Lula, o metalúrgico: anatomia de uma liderança*, cit., p. 69-70.

ausência, pelo vice-presidente e só depois disso pelo secretário-geral. Era a sua declaração de independência.²⁸

A partir desse momento, Lula e o sindicato redobram os esforços para desenvolver um outro tipo de relação com as bases sindicais. Em vez de distribuir panfletos com um texto corrido, que poucas pessoas liam, o sindicato inventou uma figura de desenho animado, “João Ferrador”, um simpático sujeitinho de boné que se tornou o símbolo dos metalúrgicos. Os panfletos do sindicato passaram a ser apresentados em forma de revista em quadrinhos, misturando o humor à mobilização. Com o novo estilo, mais trabalhadores passaram a responder à literatura do sindicato nos portões das fábricas, interessados nas lições de João Ferrador: que o sindicato era mais que uma organização de serviço social.

Com a Campanha de Reposição das Perdas Salariais de 1977, Lula converteu-se em figura nacional. Após ter recebido do DIEESE um estudo que solicitara sobre as perdas resultantes da manipulação governamental dos índices de aumento do custo de vida, Lula começou a entrar em contato com outros líderes sindicais para discutir a possibilidade de uma campanha em torno dos 34,1%. Embora a resposta não fosse entusiástica, começou a perceber que isto era algo a que as bases reagiriam quando, depois de convocar uma assembleia para debater a questão, novecentas pessoas compareceram. Convocou então outra assembleia para a semana seguinte e vieram dez mil pessoas — nesse ponto Lula teve certeza de que a campanha funcionaria.

A campanha de 1977 transformou Lula definitivamente em um líder. “Sozinho eu presidi”, afirmaria ele. “Falei e gritei o que quis. Antes eu ficava amarrado, porque sempre tinha um cara do meu lado que falava mais do que eu. Foi aí que eu consegui me soltar, consegui ser eu mesmo”.²⁹ Com seu jeito desabrido de falar, sem travas na língua, Lula também se tornou uma figura popular nos meios de comunicação de massa. Sua foto saiu estampada na capa da revista semanal *Isto é* e ele foi longamente entrevistado pelo popular jornal humorístico *O Pasquim*. Os grandes jornais reproduziam suas declarações. Os políticos lhe pediam para falar em nome

²⁸ Altino Dantas Jr., ed. *Lula sem censura*, cit., p. 31-2.

²⁹ Mário Morei, *Lula, o metalúrgico: anatomia de uma liderança*, cit., p. 122. Luís Inácio da Silva, *Lula: entrevistas e discursos*, cit., p. 32.

do movimento sindical. Em dezembro de 1977, por exemplo, ele foi convidado a encontrar-se com o senador Petrônio Portella para discutirem planos para a reforma; Portella prometeu levantar no Congresso as ideias expressas por Lula, mas a plataforma da reforma que apresentou não mencionava nada sobre os trabalhadores. “No Brasil”, Lula comentaria, “ninguém fala no trabalhador”.³⁰ A importância nacional de Lula foi confirmada em 1978 durante a primeira grande greve que ocorria depois de uma década, espalhando-se por outros setores, chegando a envolver um total de quinhentos mil trabalhadores, e, um ano depois, pela sua liderança em uma onda de greves que, iniciada pelos metalúrgicos, acabou por se espalhar por mais de três milhões de trabalhadores.³¹

Lula não era o único líder envolvido na criação do PT que gozava de credibilidade nacional. A evolução do movimento sindical no final dos anos 70 colocara em evidência uma nova geração de líderes às vezes chamados de “autênticos”, que tinham em comum o compromisso de reforçar a organização das bases sindicais, bem como a disposição de se engajar em ações militantes com pleno conhecimento dos riscos que isso comportava. Embora riem todos estivessem envolvidos com a criação do PT, eram muitos os que participavam desse processo. Entre os outros, além de Lula, incluía-se Olívio Dutra, presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre desde 1975. O trabalho de Dutra na organização da base de seu sindicato foi tão eficiente que, ao final dos anos 70, ele podia vangloriar-se de contar com um índice de sindicalização de 85%, uma cifra assombrosa, mesmo para uma categoria profissional pequena. (Num total de dezesseis mil bancários, cerca de 14.500 pertenciam ao sindicato.) Em 1977, o sindicato organizou uma convenção de suas bases para discutir os aspectos políticos das lutas trabalhistas, envolvendo questões relativas à autonomia, à legislação sindical e ao arrocho salarial.³² Juntamente com Lula, Arnaldo Gonçalves, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, João Paulo Pires Vasconcelos e alguns outros, Dutra fez parte do que alguns chamaram de “a intersindical volante”, que, a partir de 1978, entrou em contato com

³⁰ Luís Inácio da Silva, *Lula: entrevistas e discursos*, cit., p.32.

³¹ Os dados sobre o número de trabalhadores de cada setor em greve em 1978 e 1979 encontram-se em Maria Helena Moreira Alves, “The formation of the National Security State: the State and the opposition in military Brazil”, cit., p. 743-67.

³² Antonio Hohlfeldt, “Obvio Dutra: um líder sindical”, entrevista com Olívio Dutra, *Encontros com a Civilização Brasileira*, 22: 11-36, abr. 1980.

sindicatos de todo o país para tentar unificar suas lutas e reivindicações. João Paulo Pires Vasconcelos era outro que estava envolvido nas discussões sobre a criação do PT e, embora não decidisse filiar-se ao partido até 1985, para concentrar suas energias no trabalho sindical, continuou como seu simpatizante. Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade em Minas Gerais desde 1970, João Paulo gozava de amplo respeito pela qualidade do seu trabalho com as bases. Jacó Bittar, outro fundador do PT e também presidente do Sindicato dos Petroleiros de Paulínia, São Paulo, ajudou a colocar seu sindicato na linha de frente dos que exigiam o fim das restrições impostas aos sindicatos dos setores estatais.

Entretanto, Lula foi a figura-chave para a criação do PT. Como primeiro líder operário responsável pelo desencadeamento de campanhas e greves que aumentaram o poder de todo o movimento sindical brasileiro, sua voz era a que se fazia necessário ouvir para dar legitimidade à formação de um partido.³³

A base de massa

Embora a disposição de participar de greves, demonstrada por um número significativo de trabalhadores não provasse necessariamente a sua propensão de filiar-se a um partido como o PT, os números indicam que a base de **massa potencial** de um partido desse tipo era bem diferente no final dos anos 70 daquela encontrada na situação anterior a 1964. Entre 1960 e 1980, o emprego no setor secundário (incluindo manufatura, construção civil e “outras atividades industriais”) subiu de 2.940.242 para 10.674.977.³⁴ Comparando-se com os dados de 1950, o que se verifica é que esse número havia quase quintuplicado.³⁵ No mesmo período, a

³³ Sobre o papel de Lula, ver a entrevista com José Vilar Sobrinho (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade), publicada como “O sindicato de João Monlevade”, *Cadernos do CEAS*, 67: 55-67, especialmente p. 64, maio-jun. 1980. Sobrinho relata que, embora o nível de organização das bases em João Monlevade já fosse bem alto em 1978, em virtude dos esforços de João Paulo Pires Vasconcelos, foi só depois das greves do ABC que o sindicato de Monlevade conseguiu conquistar uma redução na jornada de trabalho, reivindicação pela qual o sindicato vinha lutando há nove anos.

³⁴ Vilmar Faria, “Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura de emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos”, em Bernardo Sorj e Maria Hermínia Tavares de Almeida, eds. *Sociedade e política no Brasil pós-1964*, cit., p. 146-7.

³⁵ Idem, ibidem, p. 155.

população urbana aumentou numa proporção de cerca de 5,64% por ano;³⁶ entretanto, durante os anos 70, o emprego urbano cresceu ainda mais rápido. O setor de serviços expandiu-se consideravelmente, sobretudo no setor estatal e de serviços sociais, mais do que no setor relativamente marginal de serviços pessoais (empregados domésticos, jardineiros etc.).³⁷

Entretanto, ao mesmo tempo em que crescia o emprego, caíam os salários. O economista Edmar Bacha notou que “apesar do aumento espetacular do PIB per capita depois da II Guerra Mundial, em termos de alimentos os salários urbanos medianos hoje não são maiores e provavelmente são mais baixos do que há trinta anos. Como um grupo funcional, em termos das necessidades mais básicas, parece que os trabalhadores urbanos não qualificados não se beneficiaram de modo algum do fato de a renda *per capita* do país ter mais que triplicado no período sob consideração”.³⁸ Durante os anos 70, o salário mínimo real era 15% mais baixo que em 1963 — um número cujo significado torna-se claro quando percebemos que, segundo dados de 1976, cerca de 46,5% da população economicamente ativa no Brasil ganhava menos de um salário mínimo, dos quais pouco mais da metade vivia em zonas rurais. Mesmo nas áreas urbanas, e tomando como referência a renda familiar e não a individual, em 1976, 12,4% das famílias brasileiras ganharam até um salário mínimo, e 32,2% das famílias ganharam até dois salários mínimos.³⁹ Em 1974, ao final do “milagre”, 13% da população das áreas metropolitanas ou do Distrito Federal, 26% dos residentes em áreas urbanas não metropolitanas e 44% da população rural poderiam ser qualificados como pessoas vivendo em condições de pobreza absoluta.⁴⁰

O percentual de trabalhadores filiados aos sindicatos em relação à população economicamente ativa permaneceu razoavelmente estável, num índice pouco inferior a 25%, significando que, em termos absolutos, o número de trabalhadores sindicalizados aumentou substantivamente. Em

³⁶ Idem, ibidem, p. 140.

³⁷ Idem, ibidem, p. 152.

³⁸ Edmar Bacha, “Crescimento econômico, salários urbanos e rurais: o caso do Brasil”, *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 5(3): 585, 687, dez. 1979, citado em Bernardo Sorj e Maria Hermínia Tavares de Almeida, eds. *Sociedade e política no Brasil pós-1964*, cit., p. 156.

³⁹ Vilmar Faria, “Desenvolvimento, urbanização e mudanças...”, cit., p. 156.

⁴⁰ Idem, ibidem, p. 158-9.

1960, não havia ainda nenhum sindicato rural legal, e o número total de trabalhadores sindicalizados no país era inferior a 1,5 milhão. Em 1978, quase dez milhões de trabalhadores eram sindicalizados.⁴¹ Isto certamente não constituía um reflexo da militância dos sindicatos considerados, e nem é possível determinar o que dizem esses dados sobre a legitimidade do sindicato enquanto instituição para os que nele se filiaram. Depois do golpe de 1964, a intervenção militar nos sindicatos havia eliminado a maior parte das lideranças de esquerda e/ou populistas e os militares continuaram exercendo um controle estrito sobre a força de trabalho através de uma combinação de mecanismos coercitivos e legal-burocráticos por todo o período em questão. Além das intervenções, os sindicatos sofreram um golpe duro com a política econômica recessiva de meados dos anos 60, que tinha como eixo central o controle salarial — na verdade, um arrocho salarial. Apesar dessas dificuldades crescentes, até o final dos anos 70 os líderes sindicais preferiam criticar verbalmente o governo autoritário a envolver-se diretamente na ação; as lembranças da violenta repressão às greves dos metalúrgicos de Contagem, Minas Gerais, e Osasco, São Paulo, em 1968, serviram por longo tempo como um aviso sobre o que poderia acontecer, caso os trabalhadores saíssem da linha.⁴²

Embora o crescimento da classe trabalhadora urbana fosse importante em si mesmo, o PT também pôde contar com outras formas de organização social, além dos sindicatos, que contribuíram para a formação de sua base de massa potencial. As comunidades eclesiais de base, que se contavam aos milhares só em São Paulo e cujos membros desempenhavam um papel cada

⁴¹ Maria Hermínia Tavares de Almeida, “O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança”, em Bernardo Sorj e Maria Hermínia Tavares de Almeida, eds. *Sociedade e política no Brasil pós-1964*, cit., p. 194-6.

⁴² Sobre as greves de Osasco e Contagem, ver Francisco Weffort, “Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968”, *Cadernos CEBRAP* 5, 1972. Um relato em primeira mão escrito por José Ibrahim, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, se encontra em José Ibrahim, “A história do movimento de Osasco”, em *Cadernos do Presente*, 2. As diferenças de posicionamento entre a liderança de esquerda do sindicato e os militantes católicos, quanto às comissões de fábrica, à greve e a outras questões, são discutidas em Fernando Andrade, “Movimento operário e sindicatos: a greve de Osasco vista por José Ibrahim”, entrevista com José Ibrahim em *Debate* (Paris), 22: 25-8, maio de 1976. Para uma discussão das greves no contexto das relações trabalho-Estado, ver Kenneth Paul Erickson, *The Brazilian corporative State and working class politics*, cit., p. 170-1, e Maria Helena Moreira Alves, *State and opposition in military Brazil*, cit., p. 80-91.

vez mais ativo em outros movimentos sociais, ajudaram a ampliar a base potencial do partido. A população urbana em rápida expansão defrontava-se com condições precárias de vida nas favelas das periferias urbanas e nos cortiços da cidade, produzindo uma profusão de movimentos locais em torno de questões como transporte, saneamento básico, habitação e saúde. As ligações entre o movimento operário e esses de bairro, forjadas em grande parte pelo papel central neles desempenhado pelos ativistas católicos, foram cruciais na mobilização do apoio local para as greves em 1978 e 1979, revelando-se importantes também para expandir a base de discussão do projeto do PT além dos sindicatos. O ethos desses movimentos de base, enfatizando a autonomia e a auto-organização, encontrava eco na insistência com a qual os organizadores do PT afirmavam que os trabalhadores e os pobres não podiam confiar em setores da elite para defender seus interesses, precisando assim fazer ouvir sua própria voz na política. O movimento estudantil, em cujo meio muitos participantes procuravam uma alternativa aos partidos tradicionais, constituiu outra fonte de recrutamento para o partido.

A esquerda organizada

Por ocasião do encontro de Lins, a ideia de um partido dos trabalhadores parecia responder a uma necessidade geral da classe operária. Mas nos meses seguintes o desacordo quanto ao tipo de partido a ser formado produziu sérias divisões entre os sindicalistas que participavam do encontro. Já em meados de 1979, a base sindical do partido tinha começado a se estreitar, tendendo a limitar-se aos sindicatos “autênticos”. Os líderes sindicais que mantinham vínculos com o Partido Comunista Brasileiro, PCB, opunham-se de forma particular à formação do PT, não só porque não poderia haver mais de um partido da classe operária, o PCB, como também pelo fato de os comunistas sentirem que o radicalismo do PT e dos sindicatos que o apoiavam poderia pôr em risco o processo da transição negociada. Do seu ponto de vista, a melhor alternativa era continuar militando no interior do MDB e do seu sucessor, o PMDB, para, finalmente, trabalhar pela legalização do próprio PCB.

Outras facções da esquerda organizada, em especial os grupos trotskistas, foram ativos promotores da formação do partido. No final dos anos 70, muitas pequenas organizações de esquerda, frequentemente

originárias do movimento estudantil, começaram a organizar-se de forma mais aberta. Publicavam jornais que eram vendidos publicamente em bancas. Embora continuassem a ser ilegais e as poucas bancas que vendiam suas publicações sofressem ataques com bombas por parte de terroristas de direita ligados aos militares, esses grupos não estavam, apesar de tudo, sujeitos ao tipo de repressão que caracterizara o início da década. Um dos mais ativos dentre eles era a Convergência Socialista, que desde sua formação, em janeiro de 1978, havia falado da necessidade de se criar um partido socialista.⁴³ A Convergência foi um dos primeiros e mais ardentes defensores da ideia de um partido dos trabalhadores, embora, juntamente com outros grupos de esquerda, ela tentasse de início esvaziar a proposta para trazer mais sindicalistas para sua órbita de influência. Alguns dos sindicalistas envolvidos no lançamento da *Carta de Princípios* eram simpatizantes da Convergência e muitos outros participavam de outros grupos de esquerda.⁴⁴

Vários outros grupos de esquerda que acabaram por se filiar ao PT mantiveram-se afastados por mais tempo. No momento em que o partido se formava, a Liberdade e Luta — organização sobretudo estudantil que marcara sua presença nos campi universitários por volta do período das greves estudantis de 1977 e que era familiarmente conhecida por seu acrônimo, “Libelu” — e o Movimento pela Emancipação do Proletariado, MEP, ainda consideravam Lula um “pelego”, sobretudo por causa do papel que desempenhara ao pôr fim à greve de 1979.

É difícil seguir ou avaliar a influência de uma única organização nas fases iniciais do Partido dos Trabalhadores e, exceto em casos raros, isso não é particularmente importante. Entretanto, é importante salientar que, no final dos anos 70, essas organizações ganharam uma presença pública e o discurso de esquerda sobre o socialismo e as relações de classe tornou-se mais visível. Um exemplo interessante de uma publicação de esquerda que teve êxito em marcar sua presença em âmbito regional foi o *abcd Jornal*, na área de Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema.

⁴³ Maria d’Alva Gil Kinzo, “Novos partidos: o início do debate”, em Bolívar Lamounier, ed. *Voto de desconfiança...*, cit., p. 235.

⁴⁴ Entrevista com Roque Aparecido da Silva, São Paulo, 27 de novembro de 1982.

Iniciado em 1975 por um coletivo de jornalistas de esquerda, o jornal, no início, saiu esporadicamente. Embora não fosse um sucesso de vendas, teve, no entanto uma boa acolhida quando começou a ser distribuído nos portões das fábricas. No começo de 1978, o coletivo podia contar com a participação de várias organizações de vizinhanças locais, bem como com membros de grupos organizados de esquerda, inclusive o MEP, a Ala Vermelha e a Convergência Socialista, e o jornal começou a sair com maior regularidade. Em fevereiro de 1979, tornou-se um semanário. Sua excelente cobertura do movimento operário na área conquistou-lhe um apoio cada vez maior por parte dos sindicatos e outras organizações populares, evidenciado pelo crescimento constante do número e da natureza de anúncios colocados no jornal pelos sindicatos. Embora a princípio se tratasse de anúncios gerais ou comemorativos, em 1979 os sindicatos anunciavam suas reuniões, assembleias de trabalhadores e outros tópicos de interesse no *abcd Jornal*. Quando a publicação começou a sair semanalmente, anúncios de congratulação enviados por um grande número de sindicatos na região demonstraram que o jornal tinha conseguido angariar leitores fiéis entre os operários.

Assim, a cobertura do jornal sobre as origens do PT é particularmente interessante. Desde o início, com um editorial no número de fevereiro de 1979, intitulado “Quem tem medo do partido dos trabalhadores”,⁴⁵ o jornal falou do PT como se este já existisse ou estivesse a ponto de tornar-se realidade. No final de julho, outro editorial sobre o mesmo assunto escrevia que o Partido dos Trabalhadores rejeitava o argumento de que um novo MDB teria de ser criado como uma frente ampla de oposição. Os trabalhadores necessitavam de uma organização política que se somasse aos sindicatos para impedir o governo de decretar leis contra o interesse nacional e para ajudar a conquistar a democracia para os operários e não só para os patrões. O editorial prosseguia dizendo que as bases já haviam discutido e aprovado essa ideia.⁴⁶ O número de 20-28 de agosto anunciava que o PT dentro em breve iria começar a recolher as assinaturas necessárias

⁴⁵ *abcd Jornal*, fevereiro de 1979, p. 2. O editorial se admirava com o fato de que, quando os sindicalistas “autênticos” discutiam o PT, eram acusados de dividir a Oposição.

⁴⁶ *abcd Jornal*, 23-29 de julho de 1979, p. 2.

para a sua oficialização⁴⁷ e que isso seria organizado através de núcleos nos locais de trabalho. Na semana seguinte, um editorial condenava mais uma vez os que acusavam o PT de ser divisionista e fazer o jogo do governo ou de ser obreirista.⁴⁸ Entretanto, na edição seguinte, o jornal já não falava como se o partido existisse, entrando de frente no ponto mais quente do debate: o editorial, significativamente intitulado “Ficar no bate-boca não resolve”, reclamava a criação imediata do partido.⁴⁹ Na semana que se seguiu, o relato da volta do exílio de líderes populistas históricos como Leonel Brizola (que vinha para organizar o PTB) e Miguel Arraes (para ajudar a fazer do PMDB uma frente de oposição) foi motivo para reclamar uma urgência ainda maior.⁵⁰ Em resposta à votação da Reforma Partidária, o título do editorial contestava: “... não dá mais para esperar!”.⁵¹

A tendência de apressar a formação do PT não pode ser atribuída inteiramente à esquerda — o entusiasmo de alguns dos que propunham a sua criação criou uma confusão de tal sorte, que não se sabia exatamente se essas pessoas estavam organizando movimentos em favor do PT ou o próprio partido. Isso ocorria de maneira ainda mais acentuada no nordeste do Brasil, onde em muitos casos a esquerda levava à frente, sozinha, a proposta do PT. As tentativas de precipitar a formação do partido não surtiram efeito em grande parte porque se reconhecia que, para deslanhá-lo, seria necessário contar com Lula. Por mais que a esquerda pudesse criticar o que designava como sua vacilação, ela reconhecia que Lula era ainda o líder operário por excelência e que sem ele não haveria Partido dos Trabalhadores. Embora os esforços sistemáticos da esquerda para radicalizar o discurso do partido às vezes criassem conflitos com outros dos seus fundadores, o ativismo dos esquerdistas contribuiu significativamente para a formação do PT. Isto foi especialmente verdadeiro durante o processo de legalização, assunto discutido no próximo capítulo, quando o partido teve de criar rapidamente um grande número de organizações locais.

⁴⁷ Provavelmente, este fato se relacionou com o anúncio, feito por Paulo Skromov em 2 de setembro, de que seria iniciada uma campanha por assinaturas. Ver “PT busca apoio com assinaturas”, *Jornal do Brasil*, 3 de setembro de 1979.

⁴⁸ *abcd Jornal*, 27 de agosto-2 de setembro de 1979.

⁴⁹ *abcd Jornal*, 3-10 de setembro de 1979, p. 2.

⁵⁰ *abcd Jornal*, 10-17 de setembro de 1979, p. 2.

⁵¹ *abcd Jornal*, 8-14 de outubro de 1979.

Os políticos

A atitude de muitos membros do PT com relação aos políticos foi desde o princípio ambivalente, e continuaria a sê-lo pelos anos que se seguiriam. Os encontros de junho e agosto anteriormente discutidos e a tentativa de ajeitar um compromisso entre os que apoiavam o Partido dos Trabalhadores e a tendência popular do MDB refletiam de fato um interesse real por parte de muitos políticos do MDB, especialmente aqueles eleitos em 1978 com um sufrágio popular. Entretanto, filiar-se ao Partido dos Trabalhadores constituía uma empreitada arriscada, que muito provavelmente alijaria os que a empreendessem da direção do partido, se a experiência fracassasse, e não garantiria sua reeleição, caso fosse bem-sucedida, mas permanecesse restrita. O número de parlamentares que se arriscaram a filiar-se ao PT no início foi, portanto, bastante pequeno, e alguns dos que o apoiaram desde o princípio, como Edson Khair, do Rio de Janeiro, logo ficaram pelo caminho, não tendo conseguido ganhar para si uma esfera pessoal de influência por meio desse partido. Para os outros, era difícil resistir ao argumento de que seus eleitores seriam mais bem servidos se se mantivesse o mais amplo movimento democrático possível e se se tentasse influenciar suas ações. Isto, afinal de contas, era o que vinham tentando fazer desde 1978. O único parlamentar que se filiou ao PT em 1979 além de Khair foi Antonio Carlos de Oliveira, que era também presidente do MDB no estado de Mato Grosso do Sul.

O grosso da filiação dos parlamentares veio depois de meados de janeiro de 1980, quando uma disputa sobre eleições internas no MDB de São Paulo fez com que alguns membros da tendência popular sentissem que estavam sendo marginalizados da liderança do partido. No mês seguinte, Lula e outros líderes do PT tiveram encontros frequentes com os membros da tendência popular na Assembleia Legislativa de São Paulo, à medida que os que já se haviam filiado ao novo partido tentavam recrutar outros. O deputado Eduardo Suplicy, simpatizante do PT desde o início, chegou ao ponto de consultar a opinião do maior número possível dos que o apoiavam sobre a reação que teriam caso se filiasse ao partido — uma indicação de como a discussão da opção pelo PT foi levada a sério por alguns membros do Legislativo.

Apesar dos conflitos que surgiram com relação aos direitos que os deputados podiam reivindicar num partido político por força de sua

posição, os benefícios que eles levaram consigo para o PT foram enormes. O partido estabeleceu sua primeira sede em São Bernardo, contando com o compromisso de 76 membros que se prontificaram a contribuir com uma quantia entre Cr\$ 100,00 e Cr\$ 500,00 (US\$ 3/US\$ 5) por mês para pagar o aluguel.⁵² No Congresso e nas Assembleias Legislativas, cada partido tinha direito a um escritório com o respectivo pessoal para o exercício de sua liderança parlamentar, incluindo-se aí salas de reunião, serviços de escritório e telefônicos — esses últimos, grátis para outras partes do Brasil. Todos os parlamentares podiam dispor dos carros com motoristas pertencentes ao Poder Legislativo. Havia pessoal auxiliar para pesquisa, serviço postal e preparação de outros materiais impressos. A maioria dos deputados do PT dedicou o máximo possível desses recursos ao trabalho partidário. Podiam também dispor de assessoria jurídica para o processo de registro do partido e recrutamento de seus membros.

Evidentemente, os recursos que os deputados trouxeram para o partido foram muito importantes, especialmente nas suas fases iniciais. Além disso, eles ajudaram a ampliar o eleitorado do PT. Diferentemente dos fundadores do partido, os deputados não contavam com um apoio diretamente vinculado a um voto sindical. No estado de São Paulo, Geraldo Siqueira, por exemplo, elegeu-se com o apoio dos estudantes; Irma Passoni, uma das fundadoras do Movimento do Custo de Vida, desenvolvia grande atividade entre as organizações da Igreja na zona sul de São Paulo; Sérgio Santos conquistou sua base de apoio em outras lutas urbanas na Freguesia do ó; Marco Aurélio Ribeiro participou ativamente de trabalhos de assessoria jurídica; João Batista Breda, psiquiatra e homossexual declarado, teve suas bases nos novos movimentos de classe média; Airton Soares, que se tornou líder do PT no Congresso, foi participante ativo da campanha da anistia. Finalmente, além de fornecer recursos e contribuir para a ampliação das bases do partido, os parlamentares, ao se filiarem ao PT, obrigaram-no a levar mais a sério a relação entre a organização das bases e o poder político. A origem de muitos dos conflitos relacionados com os representantes parlamentares que ocorreram a seguir pode ser encontrada na natureza fundamentalmente mal resolvida dessa relação.

Conclusões

A formação do PT introduziu sérias tensões no debate sobre a democratização que vinha ocorrendo desde meados dos anos 70. Os que defendiam de forma tão eloquente (e na verdade continuaram a defender) a necessidade de se garantir a participação dos trabalhadores e dos setores populares no processo de democratização acusavam os organizadores do Partido dos Trabalhadores de dividir a oposição e, com isso, fazer o jogo do regime. Em certo sentido, naturalmente, eles tinham razão: na medida em que o objetivo do regime ao abolir o sistema bipartidário era dividir o MDB, ele conseguiu alcançá-lo. Entretanto, no apelo à unidade da oposição havia vários pressupostos que entravam fundamentalmente em conflito com os objetivos e perspectivas que surgiam no movimento sindical.

Um deles consistia em presumir que os direitos dos trabalhadores estavam **incluídos** nos direitos democráticos em geral. No entanto, nos depoimentos publicados sobre o significado da democracia, muitos dos trabalhadores entrevistados responderam que, para eles, os direitos dos trabalhadores são **identificados** com a democracia. A diferença está, portanto, em saber se os direitos dos trabalhadores são uma questão de equidade a ser resolvida por procedimentos democráticos, ou se, ao contrário, constituem eles próprios procedimentos democráticos fundamentais.

O segundo problema consistia em saber se se deveria ou não levar em conta as práticas partidárias que tiveram lugar durante o período autoritário. A maioria dos militantes dos movimentos sociais e do movimento sindical pouco se recordava do período anterior a 1964, se é que dele tinha alguma lembrança. O fato de, até 1978, e em grande parte mesmo depois disso, o MDB (para não falar da ARENA) não ter dado grande atenção aos setores populares fora dos períodos eleitorais foi tão importante na formação das atitudes dos fundadores do PT com relação aos partidos políticos quanto a crítica ao populismo anterior a 1964. “Não basta um programa que interesse aos trabalhadores”, argumentava Lula em setembro de 1979, “pois todos os partidos têm um programa nesse sentido, mas até hoje não vi nenhum partido defender na prática esses interesses. A classe trabalhadora já está saturada desses partidos e o que é preciso é que aqueles que defendam os interesses dos trabalhadores sejam

⁵² “Dirigentes do PT formam núcleo no ABC”, *Jornal do Brasil*, 1º de dezembro de 1979.

os maiores interessados, ou seja, os próprios trabalhadores que deverão compor a cúpula do partido”.⁵³

Em terceiro lugar, apesar do seu óbvio interesse em pôr fim ao regime autoritário, a maioria dos líderes do PT guardava uma profunda desconfiança tanto dos políticos da elite quanto do Estado. A lição que a liderança metalúrgica de São Bernardo tentara ensinar ao boicotar as negociações salariais em 1978 foi reiterada por declarações de Lula em outros contextos. Numa visita à favela da Maré no Rio de Janeiro em 1980, instado a apoiar a luta dos que ocupavam a área, Lula concordou, mas respondeu:

[A política] não é coisa só de doutor: o povo das favelas não pode mais achar que as soluções dos seus problemas vêm de fora, elas vêm de dentro. Não basta entregar reivindicações aos políticos: é necessário que eles saibam que vocês estão dispostos a brigar e organizar. [...] Nós precisamos nos recusar, de uma vez por todas, a servir de massa de manobra de terceira classe, espoliada de qualquer direito.⁵⁴

Em outras palavras, só confiando em suas próprias forças é que os trabalhadores e os pobres poderiam esperar que viessem a ocorrer mudanças em sua situação.

E, finalmente, os vínculos entre as diversas organizações da sociedade civil, embora ainda rudimentares, estavam começando a representar um desafio para o “hiato” que se reconhecia existir em larga escala entre o político e o social. O apelo anterior de Cardoso por uma sociedade civil mais forte para contrabalançar o Estado **autoritário** (a curto prazo) e o Estado em geral como garantia de uma democratização significativa (a longo prazo) não deu suficiente atenção aos problemas muito reais da mediação política — não só entre o Estado e a sociedade, mas também entre visões agudamente conflitantes tanto do presente quanto do futuro — que daí resultariam. Sua formulação parecia implicar — como talvez fosse adequado no momento — uma oposição de duas mãos. Não obstante, o fortalecimento da organização da sociedade civil também envolvia um processo de **diferenciação** no interior da própria

sociedade civil e, juntamente com ele, o reconhecimento de interesses e conflitos que escapavam a uma imagem dualística de oposição entre Estado e sociedade.

⁵³ “Lula concorda com frente de oposições”, *Folha de S. Paulo*, 6 de setembro de 1979.

⁵⁴ “Organizem-se, diz Lula aos favelados”, *Folha de S. Paulo*, 27 de julho de 1980.